



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Sou Ka Hou

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Sou Ka Hou, de 18 de Maio de 2021, enviada a coberto do ofício n.º 590/E421/VI/GPAL/2021 da Assembleia Legislativa, de 26 de Maio de 2021, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo a 26 de Maio de 2021:

Com a generalização das aplicações para comunicação electrónica, muitos docentes e encarregados de educação utilizam-nas como meio de comunicação entre si. A Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) irá emitir orientações, após comunicar, de diferentes formas, com as partes interessadas no sector da educação e ouvir as opiniões sobre os seus princípios e conteúdos. Esta iniciativa tem como objectivo fornecer sugestões de princípio, que permitam às escolas definir orientações operacionais adequadas à sua natureza, para que escolas, encarregados de educação e alunos possam obter um equilíbrio, sob o princípio da boa-fé, e coordenar as necessidades das diferentes partes.

Depois da implementação do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior (“Quadro”), em 2012, o Governo da RAEM tem lançado, consistentemente, diversas políticas de apoio ao trabalho pedagógico dos docentes. No ano lectivo de 2020/2021, os tempos lectivos semanais dos docentes dos ensinos Infantil, Primário e



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

Secundário foram, em média, de 20,8, 16,3 e 14,3, tendo diminuído em 11%, 9% e 14%, respectivamente, em relação ao ano lectivo de 2011/2012, que precedeu a implementação do Quadro. Ao mesmo tempo, através do Plano de Desenvolvimento das Escolas, do Fundo de Desenvolvimento Educativo, as escolas recebem um subsídio para contratar cinco tipos diferentes de pessoal especializado, no intento de estes prestarem auxílio nos trabalhos preparatórios relacionados com o ensino e apoiarem a organização das actividades, de maneira a reduzir o volume de trabalho não pedagógico dos docentes. O horário de trabalho do pessoal docente é estipulado pelo Quadro, aplicando-se subsidiariamente a Lei das relações de trabalho. O pessoal docente pode contactar as escolas, a DSEDJ e os serviços competentes para pedir informações, ou apresentar sugestões ou queixas sobre a remuneração e o descanso compensatório do trabalho extraordinário, entre outros assuntos. A partir do ano escolar de 2012/2013 e após a promulgação do Quadro, a DSEDJ recebeu 11 casos de pedido de informações e apresentação de sugestões e queixas, os quais foram alvo de acompanhamento.

Todos os anos lectivos a DSEDJ recolhe as informações sobre a componente lectiva e a eventual componente lectiva extraordinária do pessoal docente das diversas escolas, e procede à sua verificação conjuntamente com as contas apresentadas pelas escolas particulares, para assegurar que as despesas com o trabalho lectivo dos docentes satisfazem os requisitos legais. Na verdade, além das funções pedagógicas, os trabalhos dos docentes incluem, também, outras funções não pedagógicas,



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

como a promoção do crescimento mental e físico saudável dos alunos e a prestação de aconselhamento aos alunos, assim como o seu próprio desenvolvimento profissional. A DSEDJ incentiva as escolas a obterem um equilíbrio entre o tempo de descanso dos docentes e as tarefas de cuidado das necessidades de desenvolvimento e crescimento dos alunos, de modo a reflectir o objectivo do Quadro de aumentar as garantias dos docentes na sua profissão.

O sector docente é como qualquer outro sector, pelo que, nos termos da Lei das relações de trabalho, além da contratação para satisfazer as “necessidades temporárias”, também os contratos de trabalho dos outros docentes são considerados “contratos sem termo”. Deste modo, não existe a situação de, todos os anos escolares, as escolas necessitarem de negociar com os docentes a renovação do seu contrato de trabalho. Tendo em conta que as escolas devem dispor de tempo suficiente para rever e planear os recursos humanos e os trabalhos pedagógicos do novo ano lectivo, bem como têm a necessidade objectiva de conhecer, com a devida antecedência, a intenção de trabalho dos docentes, a DSEDJ continua atenta e em constante comunicação com as escolas no sentido da optimização das respectivas organizações. Actualmente, todas as escolas recolhem, de forma uniforme e colectiva, junto dos docentes, informação sobre a intenção de permanência no cargo, de forma a evitar pressões desnecessárias. Ao mesmo tempo, a DSEDJ continua a organizar reuniões de trabalho com as escolas e a convidar os serviços competentes para realizarem sessões de esclarecimento sobre as relações de trabalho, de



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

modo a que, através da comunicação com o sector da educação, sejam divulgados os pontos importantes, a considerar nas relações de trabalho, e garantidos os direitos e interesses laborais. Em Abril de 2021, a DSEDJ enviou ofícios às escolas, solicitando o cumprimento rigoroso das disposições constantes no Quadro e na Lei das relações de trabalho, e das directrizes do Guia de Funcionamento das Escolas, de modo a evitar desentendimentos escusados. Caso o pessoal docente pretenda pedir informações, ou apresentar sugestões ou queixas, pode contactar a DSEDJ ou os serviços competentes, de forma a que estes façam o respectivo acompanhamento ou prestem o devido apoio.

Aos 4 de Junho de 2021.

O Director,

Lou Pak Sang